

A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL E O OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE ENFRENTAMENTO: NOTAS CRÍTICAS ACERCA DO CENÁRIO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Monique Soares Vieira¹
Patrícia Krieger Grossi²
Geovana Prante Gasparotto³

RESUMO: O presente artigo versa sobre as percepções acerca da violência sexual infanto-juvenil no município de Porto Alegre/RS a partir das narrativas dos sujeitos sociais atuantes na rede de enfrentamento. A pesquisa, de natureza qualitativa, objetivou desvendar a multidimensionalidade da violência sexual infanto-juvenil e as estratégias de enfrentamento. Os resultados apontaram para uma multiplicidade de determinações implicadas na reprodução da violência sexual como as questões culturais, de gênero, moralização e naturalização da violência que contribuem para a invisibilidade do fenômeno. Conclui-se que é preciso avançar no processo de desocultamento dessa violência e na construção de estratégias que potencializem a ruptura de concepções machistas e violentas, criando condições objetivas para a materialização de ações integradas que assegurem a proteção integral dos direitos da infância e juventude.

Palavras-Chave: Crianças e Adolescentes. Gênero. Políticas Públicas. Violência Sexual.

ABSTRACT: This article focuses on the perceptions of juvenile sexual violence in the city of Porto Alegre / RS from the narratives of active social subjects in the social support network. The research was qualitative, aimed to unravel the multidimensionality of child and adolescent sexual abuse and coping strategies. The results pointed to a multiplicity of determinations involved in the reproduction of sexual violence as cultural, gender and moral issues, and naturalization of violence that contribute to the invisibility of the phenomenon. It follows that we must move forward in the process of unveiling this violence and the development of strategies that enhance the breakdown of sexist and violent conceptions, creating objective conditions for the realization of integrated actions to ensure the full protection of children and youth's rights.

Key Words: Children and Teens. Gender. Public Politics. Sexual Violence.

¹ Assistente Social. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Violência – GEPEVI/UFT. Contato: monique_soares@uft.edu.br

² Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela PUCRS. Doutorado em Serviço Social pela Universidade de Toronto, PhD. Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUCRS. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos – NEPEVEDH, da PUCRS. pkgrossi@puccrs.br

³ Assistente Social. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos. Contato: geovana.gasparotto@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a interface entre a violência sexual contra crianças e adolescentes e a violência de gênero no município de Porto Alegre/RS. As situações de violência sexual contra crianças e adolescentes alimentam-se do medo e do silêncio das vítimas em denunciar o abusador ou o explorador sexual, bem como da omissão da família, quando sabedora da violência. Estes fatores culminam diretamente para a perpetuação do ciclo da violência, sendo sua ruptura extremamente difícil, uma vez que a violência segrega-se às paredes privadas da família, não encontrando formas de alcançar o atendimento especializado.

A violência sexual, conforme Vivarta (2003), associa-se impreterivelmente a fatores históricos, como as relações de trabalho, entre as classes sociais e as desiguais entre gênero, bem como o aprofundamento das desigualdades sociais. Porém a violência sexual é um fenômeno transversal, não acomete somente as classes empobrecidas, transpassa toda a sociedade. Os casos que chegam ao conhecimento das autoridades competentes em realizar o atendimento ainda são muito poucos, sendo dificultados, quando as crianças e adolescentes pertencem às famílias ricas, revestidas pelo manto da “sagrada família”, em que a detecção das situações de violação de direitos torna-se ainda mais difícil.

Estudos realizados pelo Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN), em 2011, revelam que foram notificadas em todo o país 100 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo que a maioria das vítimas é do sexo feminino, na faixa etária entre os 10 e 14 anos. A incidência desse tipo de violência em mulheres, segundo Saffioti (2007), constitui o que a autora chama de *dominação-exploração*, processo implicado nas relações desiguais de gênero, em que os homens recorrem à violência para a realização de seu projeto masculino associado à concepção do poder de dominação sobre a mulher.

Para Minayo (2010), no Brasil, apenas nas últimas três décadas, o debate sobre a violência sexual infanto-juvenil adquiriu uma maior visibilidade por parte dos órgãos governamentais, entidades civis e organizações não-governamentais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, é um importante dispositivo para a consagração da universalidade dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros e um mecanismo para a proteção destes sujeitos contra a violência em suas múltiplas faces. Além disso, esta lei inaugura a distinção “criança e

adolescente”, como etapas distintas da vida humana. Para o ECA, essa distinção implica, fundamentalmente, nas medidas que serão aplicadas para situações específicas, sejam elas medidas protetivas ou socioeducativas. O reconhecimento de que crianças são diferentes de adultos e, portanto, requerem uma atenção especial, é uma concepção basilar nesse Estatuto, uma vez que cabe aos adultos, em especial a família, zelar e responsabilizar-se por este segmento.

No que tange à produção e reprodução de violências no cenário brasileiro, o segmento infanto-juvenil fora alvo histórico de inúmeras violações de direitos, “o adulto em geral independentemente do seu sexo detém poder sobre a criança” (SAFFIOTI, 2007, p.50). Mas além, desta relação de *dominação adulto-criança*, outros fatores contidos no contexto estrutural das sociedades e no modo de produção influem profundamente na incidência de elevados níveis de violência contra crianças e adolescentes no país. O abismo moderno entre o desenvolvimento econômico e o social gera mudanças que freiam novas perspectivas para a proteção social dos segmentos mais vulneráveis da população. O crescimento econômico, não alinhado ao social, nas palavras de Iamamoto (2009), acarreta na *radicalização da questão social*, sendo que:

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do círculo da civilização, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que se lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade” (IAMAMOTO, 2009, p.123).

No ano de 2012, estudo realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, resultou na elaboração do “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil” revela que as causas externas⁴ de mortalidade de crianças e adolescentes, nas últimas décadas, vêm aumentando assustadoramente. Se em 1980 representavam 6,7% da totalidade de óbitos nessa faixa etária, em 2010, houve um aumento, elevando a taxa para 26,5%. Os dados apresentados fazem parte de pesquisas realizadas junto ao Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN), operacionalizado pela política de saúde no país, ou seja, estas

⁴ De acordo com a pesquisa “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil” são consideradas como causas naturais, os indicativos de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento. As *causas externas* de acordo com pesquisa remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo, dentre estes estão as situações de violência em suas múltiplas expressões.

taxas expressam apenas as violências notificadas junto às instituições de saúde, representando apenas uma ínfima parcela das situações de violência que chegam à luz pública.

O medo, a vergonha e a falta de conhecimento para comunicar e acessar os órgãos responsáveis pela atenção a essa questão são apontados como os principais fatores que incidem para a continuidade das violências. No que se refere à violência sexual infanto-juvenil, a histórica invisibilidade sobre esse tema encontra-se intrinsecamente interligada a fatores culturais que se estabeleceram ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira e da organização da família, densamente influenciada pelo modelo patriarcal e pela concepção machista, em que mulheres e crianças passam a ser consideradas como propriedades do homem – provedor da família.

Nesse sentido, o estudo da violência e suas diversas implicações é um desafio permanente, imposto aos pesquisadores, quando crianças e adolescentes são as vítimas deste fenômeno. O enfrentamento à violência sexual está diretamente relacionado à apreensão deste fenômeno a partir da multiplicidade das determinações que o engendram na dinâmica da sociedade. Requer, portanto, destacar as suas múltiplas dimensões, apreendendo-o como uma questão que transpassa as barreiras da família, comumente restringido nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

O desvendamento deste fenômeno requer uma apreensão com maior profundidade dos fatores engendrados para o seu aparecimento e perpetuação na sociedade contemporânea. Compreender a dinâmica da violência sexual infanto-juvenil, na sua complexidade e multiplicidade, significa abandonar teorias e apreensões lineares. Neste sentido, desvendar tal expressão da violência exige um caminhar que percorra os artífices desenhados pelo fenômeno.

A violência sexual contra crianças e adolescente configura-se como um fenômeno multidimensional de extrema violação de direitos contra a pessoa humana. Por ser uma violência historicamente construída, no interior das relações sociais, sua apreensão não pode limitar-se a determinismos e, impreterivelmente, a teorias explicativas unívocas. Os processos de (re) vitimização e culpabilização das vítimas advêm da predominância da cultura machista e do senso-comum, mas, sobretudo, de apreensões reducionistas implicadas em transformar a violência sexual em um conceito absoluto e fechado.

O grande desafio posto na atualidade às políticas públicas é criar condições objetivas para a materialização de ações integradas que assegurem a proteção integral à infância e a juventude e ampliar a participação democrática da sociedade nos espaços de discussão e tomada de decisão. O enfrentamento a essa face tão cruel da violência está diretamente relacionado à compreensão deste fenômeno a partir da historicidade dos seus aspectos socioculturais e das determinações econômicas, que o engendram na dinâmica da sociedade. Requer, portanto, destacar as suas múltiplas dimensões, apreendendo-o como uma questão que transpassa as barreiras da família, comumente restringido nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tipo de pesquisa utilizada foi a de enfoque qualitativo, em que se buscou apreender tais aspectos da realidade: as percepções dos sujeitos pesquisados no que se refere aos desafios para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e as relações sociais que se estabelecem no decorrer do caminho de materialização das ações de enfrentamento. A análise da realidade foi norteadada pelo método dialético-crítico a partir de quatro categorias: historicidade, totalidade, contradição e mediação. A coleta de dados, realizada nos anos de 2012/2013, utilizou-se da pesquisa documental para análise do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (2012) e dos Relatórios Anuais de Acompanhamento às crianças e adolescentes do CREAS. Além disso, realizou-se entrevistas com aplicação de um formulário que continha perguntas abertas com seis sujeitos, que atuam no processo de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre (Programa de Proteção à Infância da Secretaria Municipal de Governança Local, Centro de Referência às Vítimas de Violência, Fundação de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente). Para analisar os dados coletados na pesquisa, optou-se pela técnica de análise de conteúdo.

3 REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO CENÁRIO BRASILEIRO

A vitimização⁵ de crianças e adolescentes é um fenômeno transversal, abrangendo a todos os indivíduos. Tal violência é parte constitutiva das relações capitalistas, que se estabelecem na sociedade contemporânea, sendo indissociável às condições de exploração a que as classes sociais dominadas são expostas.

A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica entre a economia por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura). Claro que isso não significa ressaltar uma dominação mecânica entre a economia e a superestrutura ideológica (a política, a cultura, entre outras). Significa, sim, que para viver os homens necessitam, em primeiro lugar, satisfazer suas necessidades básicas (comer, beber, vestir, etc.) [...]. Assim sendo, a economia não pode ser desconsiderada nesse contexto, o que não significa atribuir-lhe papel único e mecânico ao influir na vida do ser social (SILVA, 2012, p.03).

A violência sexual contra crianças e adolescentes revela o perverso cenário da sociedade brasileira, em que a violência estrutural aparece como característica basilar e precursora para o aparecimento das violências. A violência estrutural é prevacente em sociedades em que existe a distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas, a dominação de classes e profundas desigualdades sociais e econômicas. São diversos os fatores condicionantes do fenômeno da violência, estando dialeticamente imbricados na composição da estrutura social, sendo “uma forma de relação social que está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência” (ADORNO, 1988, p. 31).

A violência sexual não acomete apenas o contexto brasileiro, é um fenômeno mundial, presente em todas as classes sociais, considerado por isso como transversal, apresentando múltiplas dimensões que complexificam o seu enfrentamento, bem como a compreensão acerca do seu cometimento. A violência sexual é um fenômeno fruto de relações de poder, manifestando-se como:

⁵ Segundo Azevedo e Guerra (2007, p.35), a vitimização é uma violência interpessoal que “pressupõe necessariamente o abuso, enquanto ação ou omissão de um adulto, capaz de criar dano físico ou psicológico à criança [...] Enquanto violência interpessoal, a vitimização é uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la, portanto, ao poder adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou as paixões”.

[...] produto de relações sociais construídas de forma desigual. O poder do adulto (ou um não adulto, porém mais forte) sobre a criança e o adolescente, que se manifesta “num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro” (LEAL; CÉSAR, 1998, p. 15).

A violência sexual deve ser apreendida como expressão da questão social, e não como um fenômeno isolado. É importante salientar que a questão social não se expressaria somente na exploração sexual comercial - por seu caráter de relações sociais desiguais, de exploração sobre classes e por acometer majoritariamente as classes empobrecidas -. Contudo, é importante ressaltar que violência sexual, nas outras formas em que se manifesta também se constitui como expressão da questão social, uma vez que envolve relações desiguais – de gênero e de faixa etária -, dominação e opressão. Netto (2001) compreende que a questão social não é unívoca, mas ao contrário, ao seu entorno insere-se compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas, podendo ser apreendida:

[...] como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2009, p.24).

Para compreender como a questão social expressa-se em suas múltiplas manifestações, lamamoto (2009) pontua ser importante considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais que ela assume em cada contexto da sociedade. A violência sexual como expressão da questão social, na sociedade contemporânea, também se encontra massivamente impulsionada pelos valores individualistas, de consumo exacerbado e principalmente da (re) afirmação da cultura machista que se assenta na dominação do adulto sob a criança e o adolescente, que atuam como elementos propulsores para perpetuação de valores ideológicos, culturais e sociais arcaicos, numa sociedade que se julga cosmopolita.

As profundas desigualdades socioeconômicas, no Brasil, constituem caldo de cultura propício à exploração de uns por outros. Muitas vezes, são os próprios pais ou avós das meninas que as oferecem como prostitutas, porquanto não veem outra maneira de conseguir dinheiro para a subsistência da família. Condições de miserabilidade material geram miséria

psicológica e pressionam no sentido da obtenção de qualquer recurso para minorar sofrimentos (SAFFIOTI, 2007, p. 74-75).

Neste contexto, a criança ou o adolescente transformam-se em mercadoria de venda e troca no balcão da exploração sexual, a violência, no que compreende a exploração, ultrapassa “os serviços sexuais” a que as crianças são expostas. Tal violência é atravessada também por outros aspectos como a violência psicológica, a violação de sua dignidade, além de colocá-la em constante risco, já que, as doenças sexualmente transmissíveis aparecem com grande incidência⁶ em crianças vítimas de violência sexual. O desvendamento e interpretação das determinações que incidem sobre a violência sexual exigem que se penetre no seu interior ultrapassando, assim a constatação imediata, compreendendo segundo Lefebvre (1991, p.216) que:

[...] um ser determinado – um ser vivo, por exemplo – não aparece, à primeira vista, em toda a sua realidade. Ele se forma. Por conseguinte, “aparece” num conjunto de conexões e manifestações e, num primeiro momento, aparece em seu começo, na transição de outra coisa nele: o germe a partir do qual ele se desenvolve no qual ele não está inteiramente, mas onde já está.

Não reduzir o fenômeno somente ao âmbito do econômico é imprescindível, uma vez que, nas relações de vitimização sexual, a díade dominação-exploração transcende as determinações econômicas, estando presente em todas as classes sociais. Tal díade é o elo fundador desta violência, em que as relações de poder incidem diretamente na submissão da criança ao adulto. Tais relações são explicitamente desiguais. De acordo com Saffioti (2007), desenham uma hierarquia entre as categorias de gênero e faixa etária. Frente a isso, é possível ter-se a dimensão do fenômeno da exploração sexual: crianças e adolescentes, pertencentes às classes e aos estratos sociais menos favorecidos, são mais suscetíveis à exploração sexual infanto-juvenil. As condições de pobreza influenciam e principalmente potencializam o cometimento deste crime tão cruel. Diversas

⁶ De acordo com a UNICEF (2009), as doenças sexualmente transmissíveis são sinais indicativos de abuso sexual, que incorporam a esse quadro o comportamento agressivo, o medo, tendências suicidas, comportamento sexual inadequado para a idade, além de dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas genitais ou anais, baixo controle dos esfíncteres, erupções na pele, vômitos, dores de cabeça sem explicação médica, ato infracional, dentre tantos outros.

pesquisas⁷ e estudos apontam a pobreza e a exclusão social como os principais fatores que influenciam a exploração sexual infanto-juvenil (VIVARTA, 2003). O CECRIA (2009) afirma que esta violência gera um pólo de degradação na vida das crianças e adolescentes, considera que o criminoso não é somente o explorador⁸, mas também e principalmente quem pratica sexo com estas crianças.

Considerada uma das situações mais graves dos tempos atuais, a violência sexual contra crianças e adolescentes, em suas variadas manifestações, é uma das violações dos direitos humanos que, como todas outras, deixa marcas profundas e severas na vida das pessoas por ela afetadas, comprometendo significativamente a condição cidadã de direitos [...] Tal violação nega-lhes direitos fundamentais, como o direito à vida, à dignidade, à liberdade e ao respeito, direitos que asseguram o amadurecimento da sexualidade em harmonia com sua condição peculiar de desenvolvimento (OLIVEIRA; SOUSA, 2010, p.75).

Diferentemente das situações de exploração no abuso sexual – intra ou extrafamiliar - os determinantes econômicos assumem função secundária. Por ser um fenômeno transversal, os condicionantes de pobreza e miséria não aparecem como preponderantes. A exploração sexual é evidenciada de forma quase que totalitária nas classes empobrecidas, que buscam, na exploração comercial - corpo/sexo das crianças e adolescentes -, formas de subsistência. Assim a articulação entre este fenômeno e as classes dominadas evidencia também o grau de desenvolvimento econômico e social dos contextos em que se constata este tipo de violência sexual.

Analisar a realidade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual requer uma análise crítica dos aspectos históricos, sociais e culturais que permeiam o acometimento dessa violência na sociedade. Neste sentido, torna-se imprescindível apreender as múltiplas dimensões que este fenômeno assume na contemporaneidade a partir da perspectiva de totalidade, no sentido de desvincular-se de apreensões reducionistas e acrílicas acerca desta violação de direitos. Construir um debate crítico em torno das questões que envolvem a violência sexual

⁷ A dependência química é apontada por Vivarta (2003), como um dos fatores que contribuem para que crianças e adolescentes sejam vítimas de exploração sexual, uma vez que, buscam na exploração de seus corpos um modo de obterem meios para a compra e consumo da droga.

⁸ Explorador segundo Vivarta (2003, p.27) “trata-se de alguém que visa lucro financeiro, vendendo o sexo ou a imagem das vítimas. O explorador, além de comerciante ilegal, pode ser também um abusador sexual – circunstancial ou pedófilo”.

é buscar novas alternativas de prevenção e proteção para as crianças e adolescentes, por isso é importante apreender que:

[...] a família está inserida numa realidade político-sócio-econômica, enfim está mergulhada no caso brasileiro, numa sociedade capitalista extremamente excludente, espoliadora, que nunca se ocupou de forma lúcida, real, sem fetiches, da questão social. Não se trata de uma genérica erradicação da pobreza, mas de uma verdadeira política de pleno emprego, de saúde, moradia e principalmente de educação (VERONESE, 1999, p.123).

As políticas sociais devem implicar ações que efetivem o Sistema de Garantia de Direitos⁹, elaborando estratégias e alternativas que fortaleçam as famílias, buscando resgatar, junto a elas, os vínculos familiares fragilizados, seja pelo acometimento da violência sexual ou ainda do empobrecimento e das desigualdades sociais que cercam as famílias brasileiras na contemporaneidade (BRASIL, 2009). A garantia deste direito envolve um esforço coletivo, buscando, de forma conjunta, mudanças nos paradigmas culturais e sociais que estigmatizam as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

3 O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM PORTO ALEGRE: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Em Porto Alegre, o cenário que a violência sexual contra crianças e adolescentes vem assumindo, revela uma realidade em que a infância e juventude cotidianamente encontram-se expostas e vulneráveis à violação dos seus direitos fundamentais. Para enfrentar essa violência, é de suma importância apreender o conjunto de suas múltiplas determinações, bem como incitar um movimento de mudança para o desenvolvimento de ações capazes tanto de atuar no atendimento, mas, imprescindivelmente, na construção de uma nova cultura. Nas reflexões de

⁹ O artigo 1º da Resolução 113 de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) entende que o Sistema de Garantia de Direitos “constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal” (BRASIL, 2006).

Yazbek (2009, p.161), essa cultura deve ser “uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo”.

Os dados sistematizados pela vigilância social, através do setor de Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas pela Fundação de Assistência Social (FASC) em Porto Alegre, evidencia uma significativa diminuição de atendimentos às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. No primeiro semestre de 2011, foram atendidas 300 crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual e 113 vítimas de exploração sexual. No primeiro semestre de 2012, estão em atendimento 166 crianças/adolescentes vitimadas pelo abuso sexual e 73 pela exploração sexual. Esses dados representam que houve uma redução de 55,33 % dos casos de abuso sexual e 64,0% das situações de exploração sexual.

A realidade expressa nesses dados evidencia a imensa fratura que acontece entre o momento da denúncia e a chegada da criança e sua família para os órgãos responsáveis pelo atendimento. O caminho percorrido pela criança e adolescente, vítima de violência sexual, é um caminho longo e com diversos obstáculos a serem superados, principalmente, no que se refere ao processo de revitimização a que as vítimas são expostas, por terem que relatar a violência para diversos sujeitos sociais, ou mesmo, pela saída desta criança do seu lar, quando este se apresenta como um risco para a sua segurança.

Nas narrativas dos sujeitos entrevistados, apreende-se que a dimensão da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Porto Alegre, vêm no decorrer dos anos, ganhando maior visibilidade no espaço social por meio de discussões e elaboração de estratégias para o seu enfrentamento. A construção desse *novo olhar* exige a ultrapassagem com a cultura conservadora, fundamentada essencialmente no machismo e no patriarcado, que comumente incide para a naturalização da violência sexual infanto-juvenil, fortemente expressa nas falas dos entrevistados:

Acho que tem a ver com a naturalização, acho que acaba sendo uma proporção muito maior, por causa disso, de ser uma situação muito naturalizada nas comunidades que a gente atende, mas também pelo que eu vejo é um pouco geral assim (SUJEITO D).

[...] de um lado a população deve repensar suas formas de interagir com a infância e de outro lado, o poder público, deve tomar medidas fortes na prevenção e responsabilização (SUJEITO E).

Eu compreendo esse fenômeno um pouco naturalizado, o que é bastante preocupante, tanto de algumas mães que a gente atende, como das próprias crianças, no sentido de muitas vezes não se darem conta que isso

não está bem. Para muitas, isso acaba sendo uma coisa do dia-a-dia (SUJEITO A).

Na sociedade contemporânea com as feições assumidas pelo sistema econômico do capitalismo, a desigualdade assume não somente as relações sociais e econômicas, mas também as relações interpessoais. Iamamoto (2009) refere que o predomínio do capital financeiro conduz à banalização do humano e à descartabilidade e indiferença perante o outro. O aumento exacerbado das desigualdades na sociedade contemporânea não atinge apenas o acesso a bens e serviços, mas, sobretudo, os modos de vida, desumanizando as relações sociais e reiterando valores individualistas.

Nas famílias em que a violência sexual faz-se presente, segundo Green (1995), não raro existe uma estrutura familiar patriarcal bastante rígida, com funções bem delimitadas, em que a mulher e a criança ocupam um lugar de subalternidade, em que gradativamente existe uma anulação destes enquanto sujeitos. A ausência de criticidade, ou mesmo, de consciência acerca das situações de violência sexual, dificulta o rompimento com o ciclo da violência, legitimando o processo de vitimização das crianças e adolescentes. Contudo, salienta-se que a imposição de valores conservadores dentro do sistema patriarcal, concede legitimidade às formas de violência intrafamiliar, uma vez que cabe ao homem manter o domínio sobre a família, fazendo uso da força, coerção e ameaça. Esse tipo de estrutura familiar tem raiz social e histórica na sociedade brasileira, por isso a busca pela ruptura da violência e construção de uma consciência crítica perdem fôlego dentro de uma cultura calcificada por valores machistas:

[...] às vezes a gente tem que puxar algum fiozinho assim, para poder mostrar que talvez aquilo seja uma violência. Porque muitas vezes ali tem a questão da reprodução, que é natural, bem eu sofri isso, e minha filha está sofrendo isso, é normal (SUJEITO F).

A naturalização da violência é decorrente, fundamentalmente, do patriarcalismo em que “existe uma divisão rígida de papéis, em que o homem era designado como o chefe da família e a mulher, sua principal auxiliar, esta em situação de inferioridade jurídica” (MORAES, 2011, p.501). As afirmativas dos entrevistados que seguem abaixo, demonstram a intrínseca relação entre a cultura

patriarcal, a influência religiosa e a reprodução da violência sexual, evidenciando a atualidade desse sistema na sociedade contemporânea:

Eu acho que isso está na sociedade, a complexidade está na sociedade. No tabu, a história, no processo cultural, e também, a gente percebe que os profissionais têm dificuldades de trabalhar, eu tive embates muito sérios com conselheiros tutelares que se negaram a trabalhar situações de exploração sexual porque pertenciam a determinada igreja (SUJEITO A).

A naturalização desse tipo de violência é muito forte, a mídia também ajuda em grande parcela pra isso. Expõe muitas vezes de forma sexualizada a criança, adultiza mesmo. É difícil romper com essa cultura da criança como objeto e assegurar esse sujeito como portador de direitos. Acho, na minha opinião, que a cultura machista, muito forte aqui no estado, contribui muito, para a invisibilidade dessa violência, porque se cria todo aquele mito, a vergonha de denunciar e pedir ajuda (SUJEITO C).

A fala do sujeito A expressa os entraves encontrados para o enfrentamento da exploração sexual devido às questões de caráter religioso de alguns profissionais. Para Magalhães (2005), a influência religiosa nas relações interpessoais está determinada, principalmente, pela moralização sexual dos sujeitos que reforçam tabus e estigmas. Tal posicionamento agrava ainda mais a situação, pois fortalece a cultura do preconceito e da culpabilização das vítimas.

Costa e Pimenta (2006), ao analisarem o fenômeno da violência e suas expressões, apreendem que esta é uma construção social e não fato natural, sendo que, na sociedade atual, a naturalização da violência está intrinsecamente conectada à insensibilidade aos acontecimentos que ultrapassam a esfera do privado ou interesse individual. Outro elemento expresso nas falas dos sujeitos diz respeito às relações entre adulto e criança, na violência sexual, em especial, há “um processo de completa objetualização da figura da criança” (AZEVEDO et. al, 2007, p.35) derivada conforme Guerra (2009) de uma educação adultocêntrica¹⁰. A partir da análise das falas dos entrevistados, apreende-se outro fenômeno que permeia as relações interpessoais adulto-criança que é *vitimização sexual*, analisada por Saffioti (2007, p.17).

A vitimização sexual constitui fenômeno extremamente disseminado, exatamente, porque o agressor detém pequenas parcelas de poder, sem deixar de aspirar o grande poder. Em não se contentando com sua pequena fatia de poder e sentindo necessidade de se treinar para o exercício do

¹⁰ Ler mais em: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (orgs). **Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2007.

grande poder, que continua a almejar, exorbita de sua autoridade, ou seja, apresenta a *síndrome do pequeno poder*.

A influência de padrões societários conservadores contribui de forma bastante significativa para a ocultação da violência sexual no âmago da família. Percebe-se isso por meio da seguinte fala de um sujeito “a atuação nesses casos é bem difícil, porque a mãe muitas vezes não reconhece, muitas vezes não adere ao atendimento no CREAS¹¹” (SUJEITO D). A negação da família sobre o abuso sexual aparece como um obstáculo para o enfrentamento da violência e ao atendimento a criança ou adolescente vítima, nesse sentido, os profissionais buscam diversas estratégias para garantir a proteção e os direitos dessas vítimas.

A gente acaba lançando mão, muitas vezes de recursos, tipo relatórios [...], informando o DECA¹², porque muitos casos envolvem a questão do crime mesmo, por tá levando as meninas para o cabaré [...] muitas acabam vindo através do SASE¹³, as educadoras do SASE atendem e nos encaminham e referenciam a família. Porque eles estão direto com a gurizada [...] às vezes vem sob a forma de denúncia do Disque 100, mas em geral vem do SASE (SUJEITO D).

Estamos na coordenação da média complexidade, cada instituição tem uma atuação, o nosso histórico vem através da Ação Rua de Porto Alegre, que é um programa específico e hoje ele tá como uma ação do CREAS (SUJEITO C).

As intervenções profissionais, no contexto da violência sexual, carecem de uma leitura crítica da realidade diante da complexidade do fenômeno. A dinâmica dessa violência, por apresentar múltiplas faces e determinações, requer uma apreensão na perspectiva da totalidade, buscando estratégias e ações para o rompimento da violência e proteção da criança e adolescente. Por isso, a intervenção, em nível estatal, necessita ser protetora e capaz de garantir integralmente a preservação da integridade física, moral e psíquica das vítimas e suas famílias. Referindo-se a percepção da violência sexual, um entrevistado responde:

¹¹ CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social -.

¹² Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente.

¹³ Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), atende crianças e adolescentes de 06 a 14 anos de todas as regiões da cidade. Além do apoio socioeducativo, garante proteção social para crianças vulneráveis econômica e socialmente (SASE, 2012).

[...] é complexa, de toda a minha experiência desses anos aponta que é uma temática bastante difícil de trabalhar, tem um aspecto cultural, que envolve esse tipo de violência, dificultando o atendimento, mas, sobretudo, o rompimento com o silêncio (SUJEITO A).

As falas apresentadas evidenciam que a categoria cultura encontra-se fortemente atrelada à concepção dos sujeitos sobre a violência sexual infanto-juvenil. Chauí (2006, p.81), ao analisar a cultura, toma a importância de alargar esse conceito, apreendendo no sentido, também, da invenção coletiva de símbolos, valores, ideias e comportamentos, “de modo a afirmar que todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais”. A cultura passa a ser entendida como produção da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho. Além disso, a cultura está presente nas formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, nas relações sociais, em especial, nos sistemas de parentesco ou a estrutura da família, nas relações de poder, e na noção de vida e morte (CHAUÍ, 2006).

Nessa direção, uma das grandes armadilhas, para a legitimação da violência sexual contra crianças e adolescentes, situa-se na reprodução de valores conservadores, embasados na dominação da mulher pelo homem e na inferiorização da criança. A construção de ações para o enfrentamento desse fenômeno requer um olhar crítico dos sujeitos sociais que atuam nesse processo. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e como, ao mesmo tempo nele se esconde. Apreender o fenômeno é atingir a essência, “sem fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (KOSIK, 1976, p.12).

Não reduzir o fenômeno somente ao âmbito do econômico é imprescindível, uma vez que, nas relações de vitimização sexual, a díade dominação-exploração transcende as determinações econômicas, estando presente em todas as classes sociais. Tal díade é o elo fundador desta violência, em que as relações de poder incidem diretamente na submissão da criança ao adulto. Tais relações são explicitamente desiguais, de acordo com Saffioti (2007), desenham uma hierarquia entre as categorias de gênero e faixa etária. A ideologia machista é o principal instrumento para a perpetuação das situações de dominação-exploração, conferindo legitimidade às “relações sociais de gênero altamente assimétricas, consagrando-se

a subordinação da mulher ao homem, em que há, no processo de socialização do macho, um certo culto à violência” (SAFFIOTI, 2007, p.56).

Em três sujeitos entrevistados, quando questionados sobre a dimensão da violência sexual no município, observa-se que estes atribuem ao fenômeno uma significativa preocupação, concedendo a incidência dessa violência como “*séria, muito grande, assustadora*” (SUJEITOS C, D e E). Estudo realizado no ano de 2000 pela Secretaria-Geral das Nações Unidas sobre a violência contra as crianças aponta que: “1.8 milhões estavam envolvidas na exploração sexual comercial e pornografia e 1.2 milhões foram vítimas de tráfico no ano 2000” (UNICEF, 2012, s/n). Esses dados demonstram que a violência sexual infanto-juvenil é um fenômeno transversal e sua produção e reprodução acontece em todas as sociedades, países e cidades, não se restringindo somente ao núcleo familiar, espalhando-se também a outras relações sociais. Azevedo e Guerra (2007, p.43) referem que “já há suficiente evidência empírica para apoiar a afirmação de que não há nenhuma etnia, nenhum credo religioso, nenhuma classe social que esteja imune a sua ocorrência”.

A visibilidade sobre a incidência dessa expressão da violência contra crianças e adolescentes sinaliza um grande avanço para a construção de estratégias capazes de inibir a reprodução desta nas relações interpessoais. Recoberta por tabus, a violência sexual historicamente situou-se às margens das discussões da academia e de ações no âmbito estatal. O desvendamento dos meandros dessa violência e o reconhecimento social da sua existência na sociedade contribuem para a construção de políticas públicas protetoras à infância e juventude. A violência sexual infanto-juvenil, por ser um fenômeno complexo, deve ser apreendida sob o prisma da multidimensionalidade e como uma grave violação aos direitos humanos universais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência sexual é a face oculta e banalizada da violência, uma vez que atinge sujeitos, que na sua grande maioria, não conseguem verbalizar suas apreensões, seus sofrimentos, revelando assim as situações que violam seus direitos e degradam a condição humana. Por ser um fenômeno complexo com raízes macro-estruturais, existe dificuldade na abordagem e apreensão do ponto de vista conceitual, uma vez que tal expressão da violência incide nas relações sociais,

culturais e políticas. No entanto, é imprescindível que a apreensão da violência sexual busque a complexidade das suas multideterminações, uma vez que a construção das estratégias, para o seu enfrentamento encontram-se fundamentalmente atreladas à concepção que norteia os sujeitos responsáveis pela formulação e execução das ações.

Percorrer a realidade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual exige uma compreensão crítica dos aspectos que permeiam o seu acometimento, seja no âmbito da família ou nas relações externas ao núcleo familiar. Torna-se imprescindível desvendar as diversas configurações que esta expressão da violência vem assumindo na sociedade contemporânea, uma vez que a multiplicidade das faces, que recobrem a violência sexual, ocultam a totalidade do fenômeno.

A complexidade que envolve a apreensão desse fenômeno exige uma abordagem intersetorial e interdisciplinar, para a formulação das políticas públicas destinadas ao enfrentamento da violência sexual. A articulação entre as ações setoriais para o enfrentamento do fenômeno é o caminho para a construção de estratégias capazes de garantir a plenitude dos direitos da infância e juventude no país. O desenho de uma política integrada é um árduo caminho que deve envolver, nesse movimento, a participação ativa do Estado, da sociedade civil e, sobretudo, do segmento social a quem ela se destina – crianças e adolescentes -, na busca pela defesa dos direitos e pela responsabilização dos indivíduos que cometem os crimes sexuais.

Analisar a realidade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual requer uma análise crítica dos aspectos históricos, sociais e culturais que permeiam o acometimento dessa violência na sociedade. Neste sentido, torna-se imprescindível apreender as múltiplas dimensões que este fenômeno assume na contemporaneidade a partir da perspectiva de totalidade, no sentido de desvincular-se de apreensões reducionistas e acríicas acerca desta violação de direitos. Construir um debate crítico em torno das questões que envolvem a violência sexual é buscar novas alternativas de prevenção e proteção para as crianças e adolescentes.

Os sujeitos pesquisados revelam, em suas falas, relativo dissenso sobre o entendimento acerca da violência sexual. A dificuldade em conceituar e apreender a violência sexual contra crianças e adolescentes evidenciadas pelos sujeitos sociais que atuam diretamente no seu enfrentamento, advém da predominância histórica de

uma cultura moralizadora da sociedade, que calcifica o movimento da realidade em valores conservadores, não considerando a dinâmica social dos fenômenos.

Embora não exista um consenso sobre o entendimento da violência sexual contra crianças e adolescentes, entre os seis sujeitos entrevistados, categorias, muitas importantes para o debate sobre esse fenômeno, emergiram nas narrativas analisadas: dominação, culpabilização, naturalização, transversalidade e objetualização da criança e do adolescente. As apreensões dos entrevistados conduzem à construção de uma nova percepção dessa violência nas ações de enfrentamento, pois existe um abandono da linearidade, em que se cria uma perspectiva unívoca, fechada para o movimento do real e das transformações que acontecem na sociedade seja em nível cultural, social, histórico ou econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Violência e Educação**. São Paulo: Mimeo, 1988.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. **Crianças Vitimizadas: A síndrome do Pequeno Poder**. 2.ed. São Paulo: 2007.

BRASIL. **Resolução 113 de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. Brasília, 2006.

CECRIA. **Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <http://www.cecria.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso em duas falas**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

COSTA, Márcia Regina da; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **A violência: natural ou sociocultural?** São Paulo: Paulus, 2006.

FASC. Fundação de Assistência Social. **Relatórios do Monitoramento e Avaliação. Atendimentos nos CREAS**, 2011-2012.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos: A tragédia revisitada**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GREEN, Arthur. Abuso Sexual Infantil e Incesto. IN: LEWIS, Melvin (org). **Tratado de Psiquiatria da infância e adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEAL, M.L.P; CESAR, M.A (org). **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial das crianças e adolescentes**. Brasília: CESE - MJ/SNDH/DCA -FCC-CECRIA, 1998.

MAGALHÃES, Ana Paula. **Abuso Sexual Incestuoso: Um tema centrado na criança e na família**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde. IN: NJAINE, Kathie (org). **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

MORAES, Maria Lygia Q. **A nova família e a ordem jurídica**. Cad. Pagu nº.37 Campinas. Jul/Dez. 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da questão social**. Temporalis nº 3. Ano II. Jan/Jun de 2001.

OLIVEIRA, Maria Luiza; SOUSA, Sonia. **(Re)descobrimo faces da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Goiânia: Cãnone, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. A síndrome do pequeno poder. IN: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira (org). **Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2007.

SILVA, Vivian da Veiga. Sociedade, Cultura e Violência. IN: BRASIL. **Expansão em Mato Grosso do Sul Capacitação das Redes Locais Caderno de Textos**. Brasília, 2012.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE AGRAVOS E INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

UNICEF. **Abuso Sexual Doméstico: Atendimento as vítimas e responsabilização do agressor**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Violência contra as Crianças**. Disponível em: <http://www.unicef.pt/pagina_estudo_violencia.php>. Acesso em: 12 de setembro de 2012.

VERONESE, Josiane Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTR, 1999.

VIVARTA, Veet. **O Grito dos Inocentes: Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, Carmelita. O significado sociohistórico da profissão. IN: CFESS/CRESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABPESS, 2009.

WASELSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA e FLACSO Brasil, 2012.